



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Daniel Souza Da Silva

**COMUNICAÇÃO POLÍTICA ENTRE SERGIPE BAHIA E LISBOA:
O MOTIM DE 1656 EM SÃO CRISTÓVÃO**

SÃO CRISTÓVÃO

2023

Daniel Souza da Silva

**COMUNICAÇÃO POLÍTICA ENTRE SERGIPE BAHIA E LISBOA:
O MOTIM DE 1656 EM SÃO CRISTÓVÃO**

Artigo de conclusão de curso de licenciatura em História, pela Universidade Federal de Sergipe, válido como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em História. Orientado pelo prof. Dr. Augusto da Silva

SÃO CRISTÓVÃO

2023

“COMUNICAÇÃO POLÍTICA ENTRE SERGIPE BAHIA E LISBOA : O Motim de 1656, em São Cristóvão”

POLITICAL COMUNICATION BETWEEN SERGIPE AND LISBON: the riot of 1656, in São Cristóvão

Daniel Souza da Silva¹

Resumo:

No seguinte trabalho, nos propomos a falar sobre a comunicação política entre a capitania de Sergipe, Bahia e Lisboa, centrando nossa investigação no motim ocorrido em 1656, em 1656 , na cidade de São Cristóvão, Sergipe. Primeiro, fizemos um estudo historiográfico sobre os motins ocorridos no Brasil Colonial, no século XVII, percebendo suas características gerais. Feito isso, tomamos os manuscritos existentes no arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, disponível digitalmente, com o objetivo de perceber as causas, os agentes principais e as dimensões do motim de 1656. Constatamos que o conflito envolveu não apenas autoridades locais (capitão mor e um vigário), como também seguimentos da sociedade, em contestação ao tributo a ser pago em espécie (gado) para a Bahia. Sob o aspecto político, o motim procurou romper com os laços de submissão ao governo da Bahia, o que não se concretizou. Sob o aspecto social verificou-se princípios de desordem e violência cometidas contra os moradores.

¹ Graduando em licenciatura plena em História pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: danielss013@gmail.com

Palavras chaves:

Sergipe Del Rei, comunicação política, contestações, agitações social.

Abstract:

In the following work, we propose to talk about the political communication between the captaincy of Sergipe, Bahia and Lisbon, focusing our investigation on The riot that occurred in 1656, in the city of São Cristóvão, Sergipe. First, we did a historiographical study on the riots that occurred in Colonial Brazil in the 17th century, perceiving its general characteristics.

Once this is done, we take the existing manuscripts in the Overseas History archive of Lisbon, available digitally, with the aim of understanding the cause, key players and dimensions of the mutiny of 1656. We found that the conflict involved not only authorities (captain mor and vicar), as well as segments of Society, in dispute with the tribute to be paid in kind(cattle) to Bahia. From the political point of view, the mutiny sought to break with the ties of submission to the government of Bahia, which did not materialize. From the point of aspect principles of disorder and violence committed against residents were found.

Keywords:

Sergipe Del Rei, political communication, disputes, social unrest.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta de uma pesquisa de iniciação científica financiada pela COPES(PI10567), que tinha, a princípio o título de “Comunicação Política entre Sergipe Salvador Lisboa: fluxos de Correspondências e Tempo Administrativo” e cujo objetivo era analisar as correspondências de cunho político, mantidas entre Sergipe, Salvador e Lisboa, as quais passavam pelo conselho Ultramarino e secretaria de Estado da marinha e negócios do Ultramar. Essa documentação encontra-se custodiada pelo Arquivo Histórico Ultramarino, e foi disponibilizada pelo projeto resgate do Barão do Rio Branco. Os documentos deste arquivo tratam de diversos assuntos que poderiam chegar ou serem emitidos pela administração real, e eram assinados por diversas figuras.

No caso do conselho, a questão a ser decidida ou resolvida vinha expressa na correspondência — informações, representações, queixas, solicitações, pedidos de mercês etc.— quer dos oficiais régios nas conquistas, quer de instituições, como as câmaras, por exemplo, quer ainda de súditos particulares ou de grupos, como os

senhores de engenhos, os comerciantes, as várias corporações etc. (HESPAÑHA, 2017, p.140)

No meio do percurso, se fez necessário um afunilamento temático, para melhor aproveitamento da pesquisa, então passamos a lidar com uma documentação referente ao primeiro motim de Sergipe, ocorrido em São Cristóvão, no ano de 1656. Então o título do trabalho passou a ser “Comunicação Política entre Sergipe Salvador e Lisboa: O motim de 1656 em São Cristóvão”.

O conselho Ultramarino foi criado para ser um meio de consolidar a autoridade monárquica, que ainda era inconsistente, frágil, e enfrentava problemas em seu vasto território.

No período imediatamente posterior à Restauração, em meio às guerras no reino e no ultramar, com os holandeses em Pernambuco e Angola, d. João IV não havia ainda consolidado as condições necessárias, quer externas, via guerra e diplomacia, quer internas, à monarquia pluricontinental portuguesa, que lhe garantissem uma sólida e duradoura legitimidade e vassalagem. Dada a relativa fragilidade da persona régia, a afirmação da autonomia, a capacidade do governo do reino e manutenção do Império eram incertas. Foi nessa conjuntura de incertezas que o novo rei criou o conselho Ultramarino. Embora o seu regimento, amplamente baseado no anterior Conselho da Índia, datasse de 1642, sua instituição, assim com sua primeira reunião, ocorreu apenas em dezembro de 1643. (HESPAÑHA, 2017, p.139).

Em nosso levantamento, antes de trabalhar o dito motim, também nos debruçamos sobre o desenrolar das revoltas nacionais, observando grupos diversos, para melhor compreender a forma como tudo se integrava, dentro de um mesmo contexto. “O método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágio de desenvolvimento”. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 107).

A partir daí pudemos entender quais eram as principais características desses movimentos, como se organizavam, quais suas ideologias e como essas dialogavam com a ordem social vigente.

Esses movimentos eram frequentes, deixavam as autoridades metropolitanas em estado de alerta, era um verdadeiro terror, pois além dos problemas locais e imediatos que causavam, sempre representavam a possibilidade de uma difusão de ideias, que crescendo poderia tomar o território, um perigo para a paz e para a própria manutenção da colônia.

A frequência com que os vassalos do Brasil promoviam rebeliões deixava as autoridades metropolitanas em permanente estado de alerta. Havia o risco de ataques armados aos funcionários do rei, o perigo da agregação de grupos sociais muito distintos, a ameaça de substituição de governos locais. Mas, sobretudo, havia a possibilidade de contaminação política: as sublevações aconteciam em seres sucessivas e se multiplicavam precipitadamente por todo o território da colônia. As razões dos descontentamentos variavam; porém, cada protesto contribuía para um adensamento na área da colonial e gerava inquietação em Lisboa. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 134).

Terminada essa etapa, que objetivava a contextualização, e apresentação do cenário prático e ideológico em que se desenrolavam as revoltas, passamos então para o estudo do motim de 1656.

O nosso estudo é importante, pois apresenta ao leitor as principais características das revoltas colôniais, e o desenrolar do processo que engendrou na capitania de Sergipe, um ideal libertário, que até então não existia, e que será um divisor de águas na história do Estado. Claro que estes foram pontos já abordados anteriormente, mas trazemos aqui, uma contribuição certamente significativa para esses estudos, que certamente estão longe de terem esgotadas suas possibilidades de esclarecimento e inovação. Essa pesquisa ocorreu no período de 1 de Setembro de 2021 a 4 de julho de 2022.

REVOLTAS E MOTINS NO BRASIL COLONIAL

Nessa pesquisa faremos algumas reflexões sobre as revoltas durante o período colonial, usando como base a historiografia sobre o tema na história do Brasil e de documentos manuscritos sobre um motim ocorrido na capitania de Sergipe Del Rey, em 1656. É importante comentarmos aqui, antes de nos empenharmos no estudo das revoltas propriamente ditas, que esse tema tem sua relevância histórica transformada ao longo do tempo, pois nem sempre as circunstâncias eram as mais propícias para esse campo de estudo.

Ao longo de várias décadas do século XIX, a nascente historiografia regida pelas normas do instituto histórico e geográfico brasileiro, fundado em 1838, pouco queria ouvir falar das contestações do passado, o que era compreensível em plena época de rebeliões regenciais. Se a história deveria oferecer boas lições para nação que se pretendia formar desde a emancipação em 1822, mantendo uma monarquia, escravos, latifúndios e a frágil integração de vastos territórios, cercado de repúblicas por todos os lados, nada mais corrosivo que a inconveniente memória das contestações e das inconfidências. (FIGUEIREDO, 2005, p. 12).

O posterior aumento do interesse sobre esses processos se dará em condições que nitidamente continham a perspectiva de um forte grupo político. Dessa vez eram os republicanos que buscavam criar um mito nacional, e por conseguinte, legitimação. “O discurso histórico cristalizou uma visão sobre os protestos coloniais, em que estaria presente o germe do espírito nacional e seleção de alguns motins e revoltas ajudou a escrever um tipo de história considerado como uma espécie de “biografia” da nação”. (FIGUEIREDO, 2005, p. 13)

Nesse sentido se revela um poderoso mecanismo de manipulação da memória, dando-lhe um uso instrumental.

Do mesmo modo, a memória coletiva foiposta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes precauções das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p. 368).

Enquanto de um lado procura-se levar ao esquecimento as coisas indesejadas, que pudessem levar a inquietações, do outro temos a tentativa de mostrar que um novo sistema possui raízes sólidas e que penetram profundamente no fértil solo que é a história.

Os diversos conflitos que aconteciam na colônia tinham a aparência de eventos caóticos, mas pesquisas recentes atestam que isso seria apenas uma camada superficial, que disfarçava certa articulação, havia toda uma composição teatral para a realização daqueles movimentos. Era um processo que possuía identidade própria.

Preparar uma revolta exigia um ritual bem definido, uma espécie de dramaturgia social que buscava persuadir o soberano para a legitimidade do movimento e justiça das reivindicações. Com uma radiografia do desenrolar dos protestos é possível perceber que eles partilham um modelo muito semelhante entre si e distante da ideia de desordem e indisciplina que muitas vezes esses processos sugerem. (FIGUEIREDO, 2005, p. 61).

Os seus discursos traziam em si uma carga de mensagens, sempre deixando claro o respeito com a monarquia, e tentando apontar aqui outros culpados para os problemas que estivessem sendo denunciados. Existia uma batalha, a qual era aparatada com armas, e também com estratégias de retórica. Comumente eles questionavam aspectos administrativos, atribuindo a culpa aos representantes da monarquia. Geralmente os discursos giravam em torno do excesso de impostos criados, da necessidade desses, das dificuldades em serem ouvidos e para ocupar cargos públicos, quando se era nativo.

As fórmulas textuais recorrentes com que vassalos das mais diversas regiões do Brasil manifestavam o respeito aos direitos que lhes cabiam em uma república cristã e justa desenrolavam-se sob a afetação de padecimento de ruínas e misérias, limitações ao

exercício de cargos na república, justiça inoperante e lenta, empobrecimento, avarice na liberalidade régia, lançamento de tributos sem consulta, excessos e desordem na Fazenda real, tirania das autoridades coloniais, dificuldade de representação junto ao soberano e aos tribunais reinóis. Tudo isso instrumentalizado, quase sempre, pela noção do afastamento em que viviam em relação ao soberano. (FIGUEIREDO, 2003, p. 8).

Questionar diretamente a autoridade monárquica, não era exatamente a forma mais eficaz e saudável de se conseguir os resultados esperados, não que isso signifique dizer que as críticas não aconteciam. A medida das palavras aconteciam como consequência do temor de possíveis retaliações e pela própria mentalidade que permeia o meio social da época.

Apesar do interesse e da atenção às formas mais elementares de protesto, de anticonformismo e de subversão e à frequência endémica das suas manifestações, a figura central, rejeitada e temida ao mesmo tempo, foi então a do rebelde político, e é ela que provoca o temor generalizado da mudança e da novidade que caracteriza, na época barroca, à cultura e a mentalidade comum. (VILLARI, 1995, p.99).

No tocante às retaliações, não era só um temor baseado em suas crenças e do conhecimento do extenso poder monárquico, era também uma verdade estatística dentro da história, as retaliações, e os desfechos mal sucedidos para os amotinados eram sempre uma certeza. “A opinião que predomina no panorama histórico geral é reconstituição dos fatos mais recentes e próximos é o destino ruinoso da rebelião e a inevitabilidade do castigo” (VILLARI, 1995, p.102).

Mas era preciso que alguém fosse responsabilizado pelas atitudes criticadas durante os levantes, e se não era seguro e nem de bom tom criticar a monarquia, optava-se então por criticar e combater os seus representantes locais.

Os maus funcionários recorrem inelutavelmente as estratégias persuasivas direcionadas à corte, onde Vossa Majestade seria sensibilizada a enviar para a América bons ministros, “para que tudo não seja tirania, interesses, e aumento da fazenda própria, em prejuízo dos vassalos de Vossa Majestade”, conforme se apela do Rio de Janeiro. Dessa mesma cidade em 1666, seus oficiais camarários afirmam que “pela glória do seu trono, felicidade e amparo dos vassalos, pede e clama seja servido dar eficazes providências na escolha de homens para o governo desta terra.” A cobiça dos funcionários motivava que o povo padecesse com abusos e insolências dos ministros, conforme denunciavam a câmara. (FIGUEIREDO, 2003, p. 9).

Os quais realmente davam motivos para as exaltações, entretanto esses motivos geralmente eram dados por falta de competência administrativa para lidar com a dinâmica das transformações que iam surgindo, e não por pura e simples tirania.

Um dos ingredientes catalisadores desses movimentos coletivos parece ter sido a inabilidade dos governadores e administradores locais em lidar com as situações de

crise ou com as novas medidas que a metrópole implementava. Não poucas vezes tais funcionários apareceriam associados ao exercício de um poder despótico aos olhos dos súditos, operando à revelia da vontade do soberano justo e benevolente, alimentando assim a imagem do “rei traído” recorrente nas revoltas do antigo regime. (FIGUEIREDO, 2005, p. 63).

Podemos perceber que essa era uma luta na qual cada um usava às armas que possuía, a monarquia obviamente seu poder praticamente ilimitado, e as lideranças locais a capacidade de mobilização. (FIGUEIREDO, 2005, p. 65).

Se o ato de rebelião propiciava situações de desordem, violência e ameaças aparentes, os meios de controle adotados e as formas de negociações revelam um caráter ordenador no desenrolar daqueles acontecimentos. As lideranças nomeadas para conduzir as negociações são quase sempre homens bem posicionados na sociedade local, afirmando-se fiéis e leais ao soberano, ainda que amparados pela fúria de escravos, agregados e homens pobres mobilizados para o estado de insurreição que cumpriam nos cercos, invasões, passeatas e mascaradas. (FIGUEIREDO, 2003, p. 19).

Essa forma de luta pode ser encaixada em uma das definições de Bourdieu:

As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. (Bourdieu, 1989, p.11).

A definição não pode abranger essa situação de forma global, dado o cenário e ideologia da época. O Absolutismo por si só não deixa muitas brechas para contestações, pois nele prevalece a vontade do monarca, que está juntamente com o Estado, acima da vontade do povo, o qual abdica de suas liberdades em troca de garantia de proteção.

Assim sendo, para garantir a ordem, considerada a única forma de a sociedade prosperar, os indivíduos faziam um acordo em que todos abdicavam de suas liberdades em favor de um representante, o rei, que, por sua vez, se encarregaria de garantir a ordem. Nessas teses que explicam o Estado a partir de acordos e da concordância entre reis e povo, todavia, a vontade do rei e do Estado sempre é superior à do povo, e logo, deve ser obedecida sem resistência. Somente com a ilustração, no século XVIII, essas teorias seriam revistas para apresentar o governo como representante da vontade do popular. No Absolutismo, todavia, rei e Estado se sobrepõe ao povo. (VANDERLEI; SILVA, 2009, p. 12).

Outro elemento recorrente em seus discursos, como instrumento de legitimação de suas ações, era enfatizar sua lealdade, através de ações passadas, nas quais faziam atos e sacrifícios em prol da monarquia.

A invocação da fórmula “à custa de nosso sangue, vidas e fazendas”, ainda que “com base em pronunciamentos fragmentários e esporádicos”, seria feito com frequência sempre que tratasse de justificar uma recusa ou se estabelecer uma negociação para as comunidades estabelecidas na América Portuguesa. (FIGUEIREDO, 2003, p. 16).

Era uma forma de reafirmar que sua luta era justa e que se a situação chegava a um ponto extremo, era justamente porque havia grande despotismo e injustiças acontecendo.

A preocupação com a legitimidade dos movimentos, era algo recorrente entre amotinados dos diversos movimentos que ocorreram na colônia, eles faziam questão de se mostrarem leais a coroa, era quase um consenso.

Fosse qual fosse seu formato, em pelo menos um aspecto as revoltas de colonos eram incrivelmente semelhantes: nenhuma delas confrontou a coroa portuguesa. Ao contrário: a linguagem dos rebeldes expressava estrita lealdade ao soberano, reafirmada a força simbólica da figura do rei sempre pronto a ouvir as aflições de seus súditos, e maldizia a lentidão das comunicações entre metrópole e colônia, razão determinante do curto-círculo provocado pela excessiva e mal delimitada autoridade dos agentes do poder real no ultramar. (SCHWARCZ, STARLING; 2015, p.140).

Entretanto, fosse qual fosse a atitude dos populares revoltosos diante da coroa, os governantes locais que a representavam, não estavam dispostos a abrir mão de seus postos assim tão facilmente.

A retaliação, como tudo que costumava suceder os movimentos insurrecionais, seguia certo padrão de crueldade, e comumente acontecia quase que de forma imediata a pacificação ou sufocamento dos movimentos. No caso da pacificação, essa era antecedida por negociações, em que normalmente se firmava o atendimento das demandas e anistia dos envolvidos.

Dias depois, esperando momento oportuno, quando a calma se restabelece, reúne a tropa de elite, que chegara especialmente para atuar nas Minas do ouro, e massacra os principais envolvidos. Ataca o núcleo das resistências nos morros próximos, incendiando as casas dos líderes. Aqueles que não conseguem fugir são sentenciados à morte, sumariamente enforcados e esquartejados diante da população de Ouro Preto, para quem tais expedientes repressivos obedeciam ao intuito de exemplaridade e aterrorização. (FIGUEIREDO, 2000, p. 10).

Posteriormente a pacificação, quando os movimentos já se encontravam desarticulados, os envolvidos eram punidos, principalmente os cabeças dos movimentos. Acima um exemplo de uma situação dessas de pacificação, e que é trabalhada em artigo, por Figueiredo. Se trata de um motim, que aconteceu em Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII, como respostas a um novo imposto de mineração.

Normalmente alguns seriam exilados para terras longínquas, e outros teriam destino ainda mais sombrio, geralmente eram mortos e tinham seus restos mortais trucidados e expostos em praça pública.

Essa etapa era puramente ostensiva e didática, visando mostrar a força do governo contra as agitações, e principalmente deixar o exemplo, para alertar as populações das localidades onde estas aconteciam, sobre o inconveniente de embarcar nessas lutas.

Após o entendimento do sentido teórico dos movimentos insurrecionais, passemos a alguns caso, para tornar tudo ainda mais claro.

A REVOLTA DA CACHAÇA

Esta ocorre porque os colonos, estavam fartos dos impostos cobrados pelo governador Salvador Correia de Sá e Benevides, para a defesa de São Sebastião do Rio de Janeiro. E como tínhamos visto antes no nosso levantamento das características do motins, estes eram encabeçados por indivíduos abastados, que obviamente também é o caso da revolta 1660, em São Sebastião. “Na madrugada de 8 de dezembro de 1660, um grupo de fazendeiros concluiu que já passava da hora de pôr abaixo as novas taxas determinadas pelo governador Salvador Correia de Sá e Benevides para a defesa de São Sebastião do Rio de Janeiro. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.129).

Na realidade, anteriormente já existia um descontentamento com administração de Salvador, que estava tanto ligado a sua conduta individual como a política da sua família. Desde 1640, pelo menos, havia uma grande facção contrária a Salvador, em parte pelo zelo em apoiar os jesuítas, e em parte como reação ao métodos despóticos, ou antes oligárquicos da família Sá. (BOXER, 1973, p. 325).

Em meio ao movimento, é importante salientarmos que todo sentimento de indignação, frustração e toda fúria, eram direcionadas propriamente a figura de Sá e Benevides aqui também se repete, pois é um padrão nesses fenômenos históricos do período colonial, a absolvição da monarquia, não lhe atribuindo culpa alguma pelos problemas decorrentes das administrações de seus subordinados. Fenômeno esse que já discutimos aqui. “Protestando embora fidelidade ao jovem rei D. Afonso VI, declararam que de maneira nenhuma tolerariam por mais tempo a governança de Salvador Correia de Sá e Benevides, por causa das muitas taxas, impostos e tiranias com que ele aterroriza esse extenuado povo”. (BOXER, 1973, p. 326).

Outro fato que expõe sua convicção na justiça plena das ações reais, é o envio de figuras importantes do grupo político de Salvador de Sá para Portugal, e encaminhado acusações contra os ditos políticos. Importante frisarmos aqui também, que essa preocupação em esclarecer as coisas se deve em muito ao medo de retaliações por parte da coroa, então esclarecer ao máximo os detalhes da situação, para assim provar a justiça e legitimidade de seus atos, era algo de

fundamental importância. “Em dezembro de 1660, Tomé Correia de Alvarenga, Pedro de Sousa Pereira, e Martim Correia Vasques, com as suas respectivas famílias, foram presos pela populaça amotinada, e embarcados para Portugal, com uma lista de acusações contra os Correias”. (BOXER, 1973, p. 327).

O motim acaba sendo sufocado, e Schwarz argumenta, que os colonos revoltosos teriam subestimado as grandes aptidões de Sá e Benevides, ignorando o fato do mesmo possuir um grande histórico como líder e estrategista e operações militares.

Provavelmente, os colonos amotinados tinham razão não acusações, mas subestimaram Sá e Benevides: Além de alto funcionário da coroa, ele era excepcional comandante militar, com larga folha de serviços prestados ao rei português em sua disputa dos mares os Países Baixos Unidos, hoje Holanda, na época uma formidável potência marítima. A lista de proezas do governador incluía algumas memoráveis: a reconquista de Angola, a derrota da frota do almirante Piet Heyn na costa da capitania do Espírito Santo e o incêndio das naus holandesas no porto de Salvador quando de sua expulsão definitiva da Bahia. (SCHWARCZ; STARLING, p.132).

A família de Sá conseguiu se perpetuar longamente no poder, então havia uma grande história para dar a legitimação e convicção, que fossem necessários a Salvador Correia de Sá e Benevides.

A 3 de janeiro de 1588, Mem de Sá, irmão, do grande humanista e poeta Francisco de Sá de Miranda, assumiu, na Bahia, o cargo de governador geral no Brasil. Durante os quase cem anos que se seguiram, os membros de sua família, e seus descendentes, estiveram mais ligados ao destino da colônia do que os de qualquer outra de ambos os lados do Atlântico, com possível exceção do Albuquerques, de Pernambuco. Mem de Sá chegou à Bahia num momento crítico, quando a maioria dos estabelecimentos disseminados ao longo da costa, fracos e mal organizados se achavam a pique de sucumbir, em consequência dos ataques dos índios, ou das dissensões internas. (BOXER, 1973, p. 19-20).

Então provavelmente esse longo histórico, com poder consolidado e conquistas importantes, certamente estariam por trás de sua atitude de tendências despóticas, já que a história do país, acabava por passar pela da sua família.

Não foi por acaso que Sá e Benevides chegou ao posto de governador: ele tinha antepassados ilustres na colônia— seu tio-bisavô, Mem de Sá, o terceiro governador-geral do Brasil, expulsou os franceses da Baía da Guanabara, e o primo Estácio de Sá, fundou a cidade do Rio de Janeiro. Quarta geração a governar a capitania, Sá e Benevides sempre enxergou o Rio de Janeiro como parte de suas terras e de sua herança. Esse olhar torto lhe permitiu atropelar as decisões da câmara, impor tributos

impopulares, Sangrar as receitas locais e exorbitar da condição de autoridade nomeada pelo rei. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 132).

A revolta da cachaça foi mais um levante de colonos, no estado do Rio de Janeiro, no qual podemos ver características já discutidas anteriormente, só que como tudo, possui suas particularidades.

A SEDIÇÃO DE VILA RICA, 1720

As ordens vindas da coroa causavam rancor aos colonos, que iam acumulando ódio pelo poder central, o que era potencialmente perigoso. “Os ódios e contrariedades estocados pelos colonos em virtude de determinações vindas da metrópole, mantinham acesa um energia política potencialmente perigosa e contagiosa, que alimentava condutas sediciosas de uma ponta a outra as colônias”. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 138).

A sedição que de falaremos agora, teve como causa as práticas relacionadas a cobrança de imposto em casas de fundição, e tem como característica marcante o caráter ostensivo das disputas entre administração e revoltos. “Os sediciosos planejavam forçar a coroa a suspender o estabelecimento das casas de fundição, onde se registravam o ouro em barras e se deduzia o quinto por arroba, o imposto devido ao rei. E a sedição espantou as Minas pela exibição pública da disputa de poder”. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 139).

Sobre essa exibição de poder, cada qual fez sua parte no espetáculo, da parte do revoltosos houve a seguinte sequências de eventos:

Ao cair da noite, homens armados e encapuzados irrompem nas encostas do morro do arraial do Ouro Podre, e desciam em direção ao centro de Vila Rica, hoje Ouro Preto, ao rufar de tambores e aos gritos de: “Viva o povo e morte aos enviados d’el-rei”. No trajeto, tomavam as ruas de assalto, descompunham os moradores, que corriam espavoridos para suas casas pilhavam e saqueavam. Numa dessas ocasiões a residência do ouvidor-geral foi destruída; seu proprietário, personagem odiado na capitania, escapou por um triz de ser linchamento e fugiu para o Rio de Janeiro. (SCHWARCZ; STARLING, p. 139).

Da parte do governador, veio a retaliação, que foi também um espetáculo de brutalidade:

Em três dias, Assumar acertou as contas com os mineiros um não lhe deram sossego durante os quatro anos de seu governo: fechou os caminhos de entrada em Vila Rica, prendeu os protagonistas do levante e os envio, presos, ao Rio de Janeiro; autorizou a população a exterminar os encapuzados e deu ordem a dragões português — o corpo de militares de elite estacionado na capitania — de tocar fogo nas propriedade de

Pascal da Silva Guimarães, o mais relevante líder da revolta.(SCHWARCZ; STARLING, p. 139).

Além da caráter espetacular com que se desenrolou o movimento, por parte de ambos os atores do movimento, podemos observar, a repetição de algo que era comum, o sufocamento brutal da ação rebelde. E com comentamos antes, esse era um padrão, o colono revoltoso tinha sempre um final trágico.

A GUERRA DOS MASCATES, 1710

A revolta de 1710, gira em torno da busca de Recife, por autonomia, pois está era apenas um porto da cidade de Olinda.

Seu ponto de partida — a autonomia administrativa da cidade de Recife, reduzida a condição de porto vizinha Olinda, presunçosa e decadente — materializou a reação da elite açucareira, pernambucana, representada por Olinda, diante da pressão dos comerciantes do recife, que eram pejorativamente apelidados de “mascates”, para a criação de a criação de uma câmara municipal independente. (SCHWARCZ; STARLING, p. 140).

O movimento foi encabeçados pela elite açucareira de Olinda, que lidera os pobres livres para a tomada do poder.

A rebelião, que durou menos de uma ano, contou com a insurreição de milícias rurais arrebanhar entre as camadas livres mais pobres da população do campo pela elite açucareira, as quais marcharam conta o Recife e acarretaram a previsível fuga do governador para a Bahia, o que por fim franqueou aos levantados o controle de boa parcela da capitania. O fundamental, no entanto, foi o fato de ter incorporado a pauta da sedição o propósito de tornar Pernambuco independente. (SCHWARCZ; STARLING, p. 141).

Nessa passagem se repete elementos antes mencionados, como o fato dos levantes serem encabeçados por um elite, que claro, pretende lutar pela defesa de seus interesses antes de qualquer outra coisa, e os pobres vão sendo por eles mobilizados. Porém um ponto diferencial da guerra dos mascates, certamente é a conclusão de que deveria haver a independência.

O movimento durou um ano, e no ano seguinte os mascates conseguiram voltaram a lutar e em sua revanche, conseguiram sair vencedores.

No ano seguinte, os difamados “mascates” deram o troco: retomaram o controle do recife, protagonizaram combates no interior da capitania e receberam reforços da frota vinda de Lisboa com um novo governador nomeado para Pernambuco e responsável por negociar os termos de um indulto régio. No final do conflito, vitoriosa, e elevada pela Coroa à condição de vila, dotada de sua própria câmara municipal, Recife acabaria se convertendo em sede da capitania de Pernambuco. (SCHWARCZ; STARLING, p. 141).

Como já mencionados neste trabalho, o comum era a derrota do amotinados, o que acabou acontecendo, mesmo que nesse caso a ordem das coisas tenha sido diferente, já que a deposição do governo local, foi consequência de um conflito intermunicipal.

OS MOTINS DO MANETA

Os motins do maneta, foi uma revolta ocorrida na Bahia, no ano de 1711, somente um ano após a guerra dos mascates. Foi ocasionada por questões econômicas como preços altos e impostos considerados injustos, e a inevitável saturação da população por conta destes.

Os motins do maneta, como o levante ficou conhecido, não tinha a intenção de conduzir a tomada de poder. Em compensação, reuniram uma multidão essencialmente impulsiva, mas motivada por dois objetivos precisos. Um, a exigência da redução do preço do sal — artigo de primeira necessidade, indispensável para conservação de alimentos como carne ou peixe. O outro, a supressão das novas taxas sobre o valor das mercadorias importadas e dos escravos, que haviam sido criadas com o propósito de financiar as incursões da frota portuguesa contra os frequentes ataques de corsários na entrada da barra de Salvador. O motim também significativa uma forma de contestação coletiva à decisão da Fazenda Real de instalar, mas Bahia, mas uma casa de arrecadação e controle fiscal: o Paço da Madeira, a agência do Império encarregada de tributar qualquer tipo de embarcação, além de frutas, armas, carvão e cortiças. (SCHWARCZ; STARLING, 2915, p. 136-137).

Como podemos perceber, o levante acaba sendo uma reação praticamente instintiva da população, que se encontrava muito pressionada pelos altos preços e impostos. Impostos estes que causados pelas necessidades do estado de combater as invasões. Então unisse os já diversos impostos existentes para atender as demandas da metrópole, ao imposto para proteção do litoral, o que certamente só poderia criar uma situação instabilidade no meio social. “A indignação cresceu junto a população plebeia de Salvador, e se expandiu até alcançar a tropa, cujos soldados de baixa patente apoiaram entusiasticamente os motins”. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 137).

Uma característica interessante desse levante popular, é que os donos das maiores fortunas não estavam inclusos nele, isto é, se abstiveram de participar.” Sem participação no

levante, apenas os proprietários de terras e engenhos e os grandes comerciantes da Bahia — homens de grossa fortuna como se dizia na época". (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.137).

Sua luta aparentemente teve bons resultados, pois o governador concordou com as exigências, ou pelo menos disse concordar para acalmar a multidão enfurecida. "Sem alternativa, Pedro de Vasconcelos e Souza aceitou todas as suas exigências: suspendeu os novos tributos, recuou no aumento do preço do sal e prometeu perdão generalizado. (SCHWARCZ; STARLING, p.138).

Porém, posteriormente ele quebrou o acordo eu tinha feito com os rebeldes, e castigou os líderes das ações. "O governador Pedro de Vasconcelos, tão logo a multidão se dispersou, rompeu o acordo celebrado com os rebeldes e puniu severamente os seus líderes". (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.138).

Aqui temos mais uma caso em que uma população está saturada e sobrecarregada, e por conta disso toma medidas extremas, e a inevitável violência acontece, porém a resposta governamental também é a violência. Só que nesse caso, é feito um acordo, que foi quebrado logo em seguida, que como mencionamos antes, era um dos dois possíveis desfechos dos motins, frisamos que a outra situação possível era a dissolução imediata do movimento, quando o governo tinha força repressiva necessária para isso, o que não era o caso.

Vimos até aqui, alguns movimentos, não que sejam os únicos, ou necessariamente os mais importantes dentre todos, mas possuem a sua importância, e tiveram aqui uma função, que era dar uma forma mais tangível as características que antes tinha tido apenas forma de conceitual.

Depois de vermos as características dos movimentos e alguns exemplos, podemos analisar de forma global, então perceberemos um cenário de resistência, o qual era permeado de temores ideológicos e também relacionados a possíveis retaliações. E dadas as circunstâncias extremas, as revoltas tornam-se frequentes e intensas, mesmo com toda a intimidação existente.

Movimentos baseados não somente na força das armas, mas também na retórica, e por meio desta, eles tentavam provar sua legitimidade, pois como vimos antes, ser um rebelde era algo que ninguém queria ser. Eles lutavam somente porque a via tradicional chegava ao ponto de se tornar impraticável, então a insurgência acabava sendo a única opção, quando só se tinha a opressão e extorsão em resposta às dificuldades pelas quais passavam.

O MOTIM DE 1656 NA CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO

Neste tópico nos debruçaremos sobre o primeiro motim ocorrido em São Cristóvão no ano de 1656.

As tensões entre os administradores da capitania e a população local, e que levariam ao motim, tiveram início com o prolongamento do imposto emergencial de guerra criado durante a invasão holandesa. E esse prolongamento foi gerando uma situação desagradável entre o governo geral e a elite. Por causa do imposto, Sergipe tinha que remeter diversas cabeças de gado para a Bahia. “Assim, da capitania de Sergipe, entre os anos de 1651 e 1652, foram enviadas para a Bahia mais de 300 cabeças de gado. Pela continuidade da finta nos anos seguintes, os camarários de São Cristóvão remeteram a Bahia uma representação para reclamar dessa ordem” (ANTÔNIO, 2016, p. 13).

O governador geral do Brasil nomeia Manoel Pestana de Brito como Capitão-Mor da capitania de Sergipe, buscando atenuar as tensões que só se aprofundavam, porém a iniciativa acaba tendo efeito inverso, e o Pestana acaba tendo uma administração ainda mais problemática, desenvolvendo um relacionamento ainda pior com a elite local.

O Capitão-mor, Manoel Pestana de Brito, foi nomeado em 9 de março de 1654 pelo governador geral no Brasil, Dom Jerônimo de Ataíde, conde de Attougia (1654-1657), e enviado para administrar a capitania entre 1654 e 1656. Sua missão era aplacar os conflitos devido a insatisfação com os impostos, mas ocorreu justamente aprofundamento dos atritos entre o capitão-mor e a elite da cidade, que enviou reclamações governo geral. Por meio de “várias denúncias da câmara e da Câmara e da nobreza sobre o modo incorreto, (...) dos diferentes excessos que Vossa mercê usa nessa capitania”, o governador conta dos acontecimentos em Sergipe. (ANTÔNIO, 2016, p.13-14).

No ano em que assume o cargo, o atrito aumenta, e as críticas começam a chegar ao novo administrador, em formas de cartas de tratamento bastante ríspido, escritas pelo conde de Attougia. “Tendo em março assumido a administração, em outubro do mesmo ano já recebia do conde de Attougia cartas recriminativas e insultuosas, nas quais critica seu irregular procedimento”. (FREIRE, 1891, p. 146).

Freire aponta como sendo uma das causas de toda a instabilidade, o fato de o conde de Attougia ser sempre vacilante em suas decisões, pois reclamações chegavam, no entanto, ele permanecia indeciso sobre o que fazer para resolver as situações que iriam surgindo, e assim a tensão permanecia.

É clara e patente a indecisão do Conde de Attougia nas medidas tomadas sobre os acontecimentos em Sergipe. E essa dubieza de animo foi uma circunstância ocasional de revoltas, contra a autoridade do governo colonial, desde quando ele mostrava-se fraco e indiferente a manter ileso o prestígio do seu delegado. (FREIRE, 1891, p.149).

Pestana de Brito é então destituído do cargo e convocado até a Bahia para defender-se das acusações. Entretanto, ele não abdica do cargo, e para tentar garantir sua permanecia organiza e lidera um levante que tinha como principal objetivo, romper os vínculos com o governo. “Ele não só não vai a Bahia, como, com os seus partidários, publica uma proclamação, convidando os habitantes de S. Cristóvão a revolta, á romperem os laços de centralização ao governo colonial e assumirem uma posição hostil ás determinações do poder então existente”. (FREIRE, 1891, p.149).

Os revolucionários tomam para si o poder na localidade, e passam a ser os aplicadores da lei na nova ordem vigente. “Os revolucionários tomam conta da cidade, cujos habitantes fogem, e tomam a si o encargo de dirigir os destinos da capitania, sem atender mais ás ordens da Bahia”. (FREIRE, 1891, p.150).

Aplicavam a lei, e eram a própria lei, e passaram a suspender penas, e aplicar punições de forma indevida, ignorando completamente as ordens reais.

Em um trecho de carta do desembargador Bento Rebello direcionada para o rei, é explicado sobre os procedimentos dos revoltosos. Eles agiam com muita insolênci, soltaram um preso, mediante o pagamento de 90 mil réis, apreenderam estoques de água ardente, fazendo uso da força para isso, proibindo a sua venda. Também Prendiam ministros da justiça².

Os revoltosos não só contrariavam as ordens da monarquia e a própria ordem legal, como se beneficiavam financeiramente da situação.

Parte fundamental do processo de tomada do poder, era destituir a maior autoridade da elite política local.

Violentamente prendem o vigário Sebastião de Góes Pedroso, como o maior conselheiro da câmara, o qual tinha se homisiado em casa de um amigo, de onde é arrancado à força e conduzido a força pelas ruas públicas para além do rio Piramopama, onde fica detido e vigiado por sentinelas. (FREIRE, 1891, p.149).

O amigo mencionado por Freire se tratava de Tomé de Aguiar de Alro. Na mesma carta, supracitada, de Bento Rebello, ele informa que foi mandando a São Cristóvão para sufocar a rebelião e castigar os culpados, por ordem do conde de Attoquia, o qual atendia a uma petição feita pelo vigário Sebastião Pedroso de Goes. Rebello explica que o vigário se recolheu na casa de Tomé de Aguiar, para escapar de uma multidão que o perseguia, e que na entanto isso não foi suficiente para que conter a exaltação das pessoas, e acabou sendo preso e levado para fora da capitania³.

² AHU. Caixa 14. Doc. N.º 1688. Bahia

³ AHU. Caixa 14. Doc. N.º 1688. Bahia

Em documento de consulta ao conselho Ultramarino, temos mais detalhes sobre a brutalidade do ataque rebelde, em que eles teriam acabado ferindo o rosto da esposa de Tomé de Aguiar. Eles pontuam, para enfatizar o tamanho da afronta, que o dito Tomé de Aguiar, é uma das pessoas mais honradas que havia na região⁴.

Outro episódio marcante de violência, o qual é narrado por Bento Rebello, também em sua carta sobre sua vinda a São Cristóvão, é o rapto de uma menina órfã, de nome Maria. O responsável foi Cosme de Amorim, um dos cabeças do motim. Um dia pela manhã, ele foi acompanhado de escravos do seu irmão, Vicente de Amorim, e dos cunhados de seu outro irmão Félix de Amorim até a casa de João Velho Tinoco, o qual era o tutor da dita menina. Ela é seu tutor os acompanharam até a casa de Dio da Costa Feo, onde esperariam para conversar com o vigário, pois Cosme d'Amorim pretendia se casar com a menina Maria. Porém, Cosme d'Amorim não cumpriu o combinado, e foi armado de espingarda e acompanhado dos escravos do seu irmão até onde estava a garota, que se penteava tranquilamente, sob a luz do Sol, e a tomou a força. A menina clamou a Virgem Maria, e também ao Rei; porém de nada adiantou, acabou sendo embarcada em uma canoa, e junto com o dito Cosme d'Amorim, cruzou o Vasa Barris, e foram desembarcar em uma ilha deserta. Chegando lá, ele quis ter relações sexuais a menina, o que Rebello descreveu como “lascivos desejos”. Ao que ela não consentiu, então ele manda que amarem por braços e pernas, e a violenta ali mesmo, diante dos negros. Sete dias depois, ele volta a casa de seu irmão Vicente de Amorim, e realizaram a cerimônia de casamento, guarnecidos por escravos armados. O casamento se realizou na igreja, nossa senhora do Desterro. Cosme d'Amorim ainda assassinaria, a espingarda, um soldado de nome Cosme d'Araújo, que testemunhou o estupro, enterrando-o ao pé de uma árvore, na ilha onde tudo aconteceu.⁵

A inevitável punição veio, após a revolução ser debelada, as penas mais duras deveriam ser aplicadas aos cabeças de sedição, por conta de serem estes, como lideranças, figuras muito mais expressivas como símbolo inspirador de lutas, e também por causa do iminente prejuízo que seria causado se tantos fossem vitimados com pensas mais severas. Para o conselho a grande massa não era culpada, pelo menos não no sentido de possuir responsabilidades por seus atos, como se todos os planos só pudessem vir dos de cima⁶.

Em seus posicionamentos o conselho traz um tom bastante pragmático, pois denotam clara preocupação com a perda de braços, para as empreitadas que eram necessárias para a

⁴ AHU. Caixa 5. Doc. N.º 1771. Bahia

⁵ AHU. Caixa 14. Doc. N.º 1688. Bahia

⁶ AHU. Caixa 5. Doc. N.º 1771. Bahia

região, e por outro lado também tinham um tom de certo menosprezo pelo povo, com clara percepção de que a grande massa não teria capacidade o suficiente para agir por conta própria, digamos que eles a considerá-la-iam acéfala, e portanto incapaz de qualquer atividade autônoma.

A seguir a conclusão de Freire sobre o que sucede o desfecho do motim, quais foram os efeitos políticos desse momento histórico:

Foi uma revolução verdadeiramente política. O historiador nela não vê, por certo, uma aspiração para salvarem-se as liberdades contra a prepotência de Brito. O que resalta, porém, aos olhos do observador é um movimento emancipacionista por parte daqueles que acompanharam e prestaram adesão à causa levantada por Pestana de Brito. (Freire, 1891, p. 151).

É mesmo bastante interessante essa conclusão, sobre o significado que a revolta já havia adquirido naquela sociedade. Percebemos a força da crença daquelas pessoas nesse movimento quando observamos que elas deixaram de lado a atuação problemática de Pestana de Brito durante o seu governo, atuação essa que chegou a ser denunciada ao governador geral, como vimos anteriormente. Outro elemento que atesta a plena convicção dos moradores na justiça de sua empreitada, é o fato de que o seguindo, eles estavam indo contra a própria monarquia, já que o Conde de Atoguia, governador do Brasil, era o principal representante da monarquia no país, o que significa que desobedecer um era desobedecer o outro. E como já vimos, o temor por retaliações era gigantesco, e a própria ideologia dominante levava a pessoas a terem repulsa da possibilidade de serem considerados rebeldes.

Outra conclusão bastante importante de Freire, diz respeito ao caráter inaugural deste motim, pois a partir deste, se teria o firmamento ideológico, que engendraria os movimentos seguintes. “E é este o lado instrutivo da revolução de outubro de 1656, a primeira que se opera em Sergipe, a qual serviu de exemplo e justificava para as revoltas subsequentes”. (FREIRE, 1891, p.152).

Vimos aqui, que o acumular das tensões entre administradores e a elite política local acaba em poucos anos, levando ao primeiro motim da comarca de Sergipe, e que no fim das contas o ímpeto emancipatório é que acabou dando forma e ritmo ao movimento.

Além de seu caráter emancipatório, essa revolução tem como característica importante, ser um fenômeno inovador em Sergipe, algo como nunca visto antes, um divisor de águas no tocante a busca por direitos entre os colonos da comarca de Sergipe.

Também refletimos sobre a decisão final do Conselho Ultramarino, com relação ao que se fazer com os culpados, em que se recomendava a brandura nas penas daqueles que eram

apenas seguidores das grandes lideranças locais, que acabaram por encabeçar o movimento. Um ponto curioso que podemos imaginar dessa situação, em que se deixou-se os liderados de lado na hora da punição, é que isso pode ter ajudado os ideias libertários a sobreviverem com mais vigor.

Tudo isso nos faz perceber como um único movimento, a revolta de 1656, com toda a brutalidade e disposição para contrariar ordens superiores, foi importante para a história de Sergipe.

CONCLUSÕES

Percebemos como o período colonial foi um extremamente propício para insurreições, devido a toda instabilidade político-social existente. Como vimos a metrópole explorava muito a Colônia, tirando desta tudo que era necessário para atender as suas demandas e ainda para custos militares referentes à defesa do território, isto é, sustentação de um aparato militar.

Essa sangria, claramente acabou levando as populações a uma saturação, que deixava sociedade instável, então, no momento em que apareceriam homens de relativo poder político-econômico, as massas, já muito pressionadas, estavam sempre propensas a segui-las. E isso claro, levava ao desenrolar de uma violência assustadora, e que fortemente encurralava as governanças locais, os representantes da monarquia.

Porém, em meio a essa desordem, vimos que havia padrões comportamentais, ações que se repetiam em um lugar onde acontecia uma revolta, e em outro, depois outro, e assim sucessivamente. E dessa forma pode ser compreendida o jogo de ideias que permeava o meio social, durante o período colonial, e como os colonos impunham, de alguma forma as suas vontades. Sempre existia um discurso defensor de legitimidade, para justificar toda a violência, no qual sempre ficava explicitado, que a violência só se sucedia por causa da injustiça dos representantes da monarquia, e nunca por nenhuma responsabilidade da própria.

Outra característica do período colonial, é que suas revoltas normalmente acabavam mal para os amotinados, que acabam sendo rechaçados em um momento ou em outro, pois acabam sendo esmagados pelas forças legalistas num confronto direto, ou após negociações de pacificação, as quais eram sucedidas por punições severas e completa desarticulação dos movimentos.

Constatamos no motim Sergipano muitas das características percebidas nos outros movimentos, como a manutenção do respeito a figura monárquica, o seu desenrolar repentino,

sua extrema violência, e claro, um final desfavorável para os rebeldes. Claro que não é só isso que pode ser constatado, pois o movimento Sergipano tem também suas características próprias.

Apesar da manutenção ao respeito a monarquia, os amotinados chegaram a ter a coragem para ir contra ordens diretas da monarquia, o que já revela muito sobre o levante. E diferentemente do que é comum, eles acabaram seguindo um líder que antes era considerado um tirano.

Como já foi supracitado, os rebeldes queriam sua emancipação dos Estados da Bahia, o que nos revela uma forte identidade e crença no valor que eles vinham no seu movimento. Estavam dispostos a seguir aquele que até pouco tempo lhes era um grande incômodo, e até a contrariar ordens diretas da monarquia, por conta de um ideal. O que é bastante significativo, e revela muito sobre a constituição de identidade, e sobre o surgimento de um ideal político que seria inaugural na capitania.

.

Fontes:

Arquivo Histórico Ultramarino (acervo digital)

AHU. Caixa 14. Doc. N.º 1688. Bahia

Ementa do documento: Carta do desembargador Bento Rebello, para sua Majestade, dando conta de ir a Sergipe Del Rey para tirar devassa da expulsão do vigário Sebastião Pedroso de Góes, prisão dos irmãos Amorim, de Manuel Pestana de Brito, é de outros que achou culpado; refere-se à falta de justiça e a dilação. Bahia, 04 de agosto de 1657.

AHU. Caixa 5. Doc. N.º 1771. Bahia

Consulta do conselho Ultramarino sobre a devassa que tirou o desembargador Bento Rebello, em Sergipe Del Rei sobre o caso. Lisboa, 17 de novembro de 1657.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTÔNIO, Edna Maria Matos. Correspondências e cultura política na América Portuguesa: cartas e uma rebelião colonial. **Revista Brasileira de História da Mídia(RBHM)**, n.1, p. 11-19, jan./2016-jun/2016.
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989
- BOXER, Charles R. **Salvador de Sá e luta pelo Brasil e a Angola 1602-1686**. São Paulo: Editora nacional, ed. da universidade de São Paulo, 1973.
- FIGUEIREDO, Luciano. Além de súditos: notas sobre revoltas e identidade colonial na América portuguesa **Revista tempo**. N. 10, pp. 1-15. 2000.
- FIGUEIREDO, Luciano. Narrativas das rebeliões: linguagem política e ideias radicais na América Portuguesa moderna. **Revista USP**. São Paulo, n. 57, p. 6-27, março/maio 2003.
- FIGUEIREDO, Luciano. **Rebeliões no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006
- FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. Rio de Janeiro: Tipografia perseverança, 1891.
- HESPANHA, António Manuel *et al.* **Um reino e suas repúblicas no atlântico: Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5^a ed. São Paulo: Editora atlas S.A, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das letras, 2015.
- SILVA, Henrique; VANDERLEI, Karina. Dicionário de conceitos Históricos. 2^a edição, São Paulo: contexto, 2009.
- VILLARI, Rosário. O Rebelde. In: VILLARI, Rosário. O homem barroco. Lisboa: Editora presença, 1995.